



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

ATA da XXVIII Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da ESEC Tamoios

Às 14h00min h do dia 30 de abril de 2014 deu-se início a XXVIII Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na sede administrativa da Unidade, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty. Compareceram à reunião, representantes das seguintes Instituições Conselheiras: Carlos Pompei (ATSCV); Stainer Peixoto Braga (IACV), Joel Creed (UERJ), André Luiz de Araújo (Prefeitura de Angra dos Reis), Márcio de Oliveira (Colônia Z18/Paraty), Silvio Pacheco dos Santos (Prefeitura de Paraty/Secretaria de Pesca e Agricultura), Flávia Esteves (Eletronuclear), Lilia Bezerra Sales (Transpetro), Eduardo Godoy (APA Cairuçu), Marcos Bastos (UERJ), Camaione Taufner (Câmara de Vereadores de Paraty) Nilton de Oliveira (AMOT Pescadores de Tarituba), João Luiz Vilela Victal (Bemar) e Régis Lima (ESEC Tamoios), além de convidados. Nenhum outro representante do Conselho justificou a ausência.

Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente do Conselho Sr. Régis Pinto de Lima, analista ambiental do ICMBio, gestor da Estação Ecológica de Tamoios que apresentou a pauta e perguntou a plenária se havia algum item a ser adicionado a mesma. Esclareceu que a Transpetro, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Angra dos Reis e a Câmara de Vereadores encaminharam ofício indicando representantes para a reunião, tendo em vista a impossibilidade de participação dos titulares.

Foi apresentada a proposta de pauta da reunião, sendo esclarecido que devido à falta de energia elétrica na Sede da Unidade a apresentação do Relatório de Gestão de 2013 ficaria comprometida caso o problema não fosse resolvido. Assim foi iniciado o item 1 da pauta com os informes:

1. Destinação dos Recursos de Compensação Ambiental da Usina Nuclear de Angra III.

Antes de entrar diretamente na destinação dos recursos de compensação ambiental da usina nuclear Angra 3, o Presidente do Conselho lembrou do histórico do processo de licenciamento deste empreendimento, quando a ESEC Tamoios foi beneficiada na Licença Prévia com uma Condicionante onde a Eletronuclear deveria manter e custear a Unidade. Que este gestor trabalhou de 2010 (quando assumiu a chefia) até 2013 na esperança de viabilizar a proposta apresentada e aprovada pelo empreendimento após muitas versões e reuniões, no valor de aproximadamente R\$ 4.000.000,00. Que o Parecer 0360/2011/AGU/PDF/PFE-ICMBIO indicou a duplicidade de cobrança ao empreendimento uma vez que a Unidade seria uma das principais beneficiadas pelos recursos de compensação ambiental deste empreendimento. Que desde que as destinações destes recursos de compensação ambiental foram definidas pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF esteve em Brasília discutindo sobre estas destinações. Que defendeu a destinação prioritária para ESEC Tamoios uma vez que hoje já é a Unidade mais afetada ambientalmente pelas duas usinas nucleares que necessitam diariamente para funcionar de 10 bilhões de água do mar (de extrema importância biológica), comprometendo direta e indiretamente o ecossistema marinho e insular da Unidade. Que a equipe da Unidade encaminhou memorando a Presidência do ICMBio (Memorando No. 057/2013) e que foi respondido pelo Coordenador de Compensação Ambiental (Memorando No. 347/2013 –

COCAM/CGFIN/DIPLAN/ICMBIO), o qual indica o Comitê como responsável pelas deliberações sobre as destinações. Que a Unidade em agosto de 2012 enviou do ano passado todo o Planejamento para utilização destes recursos em formulários enviados pela Coordenação de Compensação Ambiental, reenviou em março de 2013 e novamente em maio de 2013, num valor aproximado de destinação de 10 milhões de reais para atender a ESEC Tamoios. Que por fim, a Moção elaborada e encaminhada pelo Conselho Consultivo a Presidência do ICMBio em outubro último, não teve resposta até este momento.

Quanto à destinação, o Presidente do Conselho esclareceu que durante a 18ª Reunião Ordinária do Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF no dia 26 de junho de 2013 houve deliberação sobre a proposta de destinação dos recursos de compensação ambiental do empreendimento Usina Nuclear de Angra III - processo administrativo CA nº 02001.001716/2012-91 no valor de R\$ 29.662.160,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil e cento e sessenta reais, a ser utilizado em unidades de conservação federais. O ICMBio encaminhou o Ofício nº 266/2013 - CGFIN/DIPLAN/ICMBio com a proposta de aplicação do montante destinado às UCs federais da seguinte forma: a) Parque Nacional da Serra da Bocaina, o montante de R\$ 23.178.160,00 (vinte e três milhões, cento e setenta e oito mil e sessenta reais) para a ação de regularização fundiária; b) Estação Ecológica de Tamoios, o montante de R\$ 1.384.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta e quatro mil reais) para ação de regularização fundiária e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a elaboração do plano de manejo ou nas atividades de proteção da UC; c) Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, o montante de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) para elaboração do plano de manejo ou nas atividades de proteção da UC, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para realização de pesquisas necessárias ao manejo da UC, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes, R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) para implantação do programa de educação ambiental e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais; d) Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba Saquinho de Itapirapuã, o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para elaboração do plano de manejo; e) Parque Nacional de Saint-Hilaire-Lange, o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a ação de regularização fundiária, isto no estado do Paraná. A proposta encaminhada pelo ICMBio foi acatada parcialmente nesta reunião, devendo ser reapresentada a proposta de aplicação do recurso total destinado à APA Cairuçu e ao PARNA Saint-Hilaire-Lange. Na ata da 21ª (23/10/2013) consta que a CCAF aprovou a destinação de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para ação de regularização fundiária do PARNA Saint-Hilaire-Lange, bem como a destinação dos recursos a serem aplicados na APA Cairuçu. Pela 24ª Reunião Ordinária (29/01/2014) da CCAF foi deliberado que a RPPN Gleba Saquinho de Itapirapuã não é elegível para receber recursos de compensação ambiental por não estar localizada na área de influência direta do empreendimento, assim o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) foi redirecionado para implementação do plano de manejo ou nas atividades de proteção da ESEC Tamoios.

Houve o início de conversas paralelas e foi solicitado que os Conselheiros se manifestassem. Foi questionado pelo representante da UERJ se havia resposta do ICMBio a Moção deste Conselho que questionou quanto a discrepância na destinação destes recursos, uma vez que a ESEC Tamoios está sendo diretamente afetada pelo empreendimento, enquanto outras Unidades beneficiadas não se encontram nos limites da área de influência do empreendimento. Colocou que talvez o Conselho deva então, encaminhar uma moção solicitando a intervenção do Ministério Público Federal que é hoje um agente ativo em cobrar da ESEC Tamoios a execução dos Programas e Ações de seu Plano de Manejo. O representante da ATSCV destacou a necessidade de a ESEC Tamoios instalar uma base de pesquisa e visitação para melhorar a visibilidade e aceitação da Unidade de Conservação por parte da comunidade local. Estas ações poderiam ser implementadas com o dinheiro da compensação ambiental, que injustamente está

sendo destinado para outras Unidades não afetadas pelo empreendimento. Lembrou que a ESEC Tamoios proibiu o mergulho subaquático em locais importantes para este tipo de turismo e que a proposta de trilhas subaquáticas para interpretação ambiental na Ilha do Sandri seria uma ótima oportunidade de trazer os mergulhadores para junto da Unidade, como foi o caso da Operação Eclipse (controle do Coral Sol). Gostaria de saber com que dinheiro então será implantada a Base de Pesquisa e o Centro de Visitantes, além de uma embarcação adequada para atender toda a área da Unidade. Por fim concorda com a apresentação desta situação toda ao MPF. O Presidente colocou se não seria o caso de reenviar a Moção ao Comitê de Compensação, sem manifestação favorável por nenhum Conselheiro. Outro representante da UERJ concordou com a representação ao MPF e destacou os prejuízos no monitoramento ambiental, inclusive da bioinvasão do coral sol. A convidada e representante da UFRJ questionou se existem projetos elaborados e/ou em andamento que seriam diretamente afetados pela falta de recursos. O Presidente respondeu que seriam aqueles que merecem investimentos maiores, como a Base de Pesquisa e Centro de Visitantes do Sandri, com grande visibilidade. A aquisição de uma embarcação de pelo menos 40 pés, com autonomia para ficar no mar, apoiar a proteção e monitoramento da Unidade bem como o crescente número de pesquisas. Que a estratégia de implantação da Unidade passa por estes Projetos e por isso que são necessários pelo menos R\$ 10.000.000,00 e se deve pensar também numa manutenção de pelo menos cinco anos, sendo esta a proposta que foi apresentada à Coordenação de Compensação Ambiental do ICMBio neste período. Um convidado (servidor público federal) questionou sobre a participação da empresa nestas destinações, no que a representante da Eletronuclear informou que a mesma não tem qualquer gerência sobre a destinação dos recursos de compensação ambiental.

Foi deliberado por unanimidade pelo Conselho Consultivo, que o Presidente irá elaborar e encaminhar ao MPF, para ciência, um documento relatando o entendimento deste Conselho Consultivo sobre a discrepância e ausência de critérios na destinação dos recursos de compensação ambiental da Usina Nuclear de Angra III com graves conseqüências a implantação desta Unidade de Conservação afetada diretamente pelo empreendimento.

2. Programa de Monitoramento da CNAAA

Quanto a este Informe, o Presidente relatou o histórico da participação da ESEC Tamoios no processo de licenciamento ambiental das usinas nucleares. Que a partir de Informações Técnicas produzidas na Unidade sobre quatro anos (2008-20011) do Programa de Monitoração Ambiental (PMA) conduzidos pelo Laboratório da empresa e encaminhadas à Coordenação Geral de Impactos Ambientais (COIMP) ligada a DIBIO/ICMBio, foi encaminhada em 2013 a Autorização para Licenciamento Ambiental (ALA) No. 06/13 que incorporou Condicionantes para a ETN, relacionadas a um novo PMA, Seminários entre outras. Que o IBAMA emitiu este ano a Licença de Operação (LO) No. 1217/14 com a ALA inserida e mais ainda, com a Condicionante de inventário de três ilhas que constavam na Autorização Direta da ESEC Tamoios a ETN para coleta e capturas de material biológico no interior da Unidade. Que houve uma reunião proposta pela DILIC/IBAMA no mês passado na Sede da ESEC Tamoios, com presença do ICMBio (ESEC Tamoios, PNSB e TAMAR), DILIC/IBAMA e representantes da ETN para alinhamento quanto ao cumprimento das Condicionantes da LO. Que o gestor da ESEC Tamoios apresentou nesta reunião uma proposta com cronograma e atividades a serem cumpridas devido aos prazos da LO e que foi bem recebida pela ETN, sendo que uma nova reunião entre a empresa e a ESEC Tamoios esta sendo agendada. Que o gestor se manifestou junto à empresa que a melhor forma de atender as Condicionantes nos prazos contidos na LO seria tratar do conjunto das Condicionantes e não deixar para que cada Condicionante tenha um processo administrativo, levando pelas experiências anteriores, a perda de prazo e dos próprios cumprimentos das Condicionantes.

3. Audiência Pública “Ações e Medias Mitigadoras para Controle da Bioinvasão provocada pelo Coral Sol”

O Presidente informou a plenária quanto à realização da primeira audiência pública do Estado do Rio de Janeiro para discutir medidas e ações para o controle da bioinvasão do coral sol, realizada no dia 28/04 na sede do Ministério Público Federal. A audiência foi convocada pela procuradora Monique Cheker e pelos procuradores Douglas Araújo e Maurício Ribeiro Manso, do Rio de Janeiro e de São Pedro da Aldeia, sendo convidados a participar todas as instituições e empresas relacionadas diretamente com o tema, entre elas Petrobras, IBAMA, ICMBio, INEA, Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, Estaleiro Brasfels, Vale, UERJ e Consórcio Projeto Coral-Sol. A Baía da Ilha Grande, considerada de Extrema Importância Biológica (MMA), encontra-se hoje com um grave problema de perda de biodiversidade - a bioinvasão por espécies exóticas. Duas espécies conhecidas como Coral Sol (Tubastrea spp) são encontradas em abundância na BIG. O gestor da ESEC Tamoios foi o segundo expositor do tema na Audiência, que esteve com sua capacidade de lotação esgotada, em torno de 200 pessoas. Que alguns dos Conselheiros da ESEC estavam presentes. O Presidente então abriu a palavra aos Conselheiros e convidados.

Um representante da UERJ e especialista no tema destacou que os primeiros registros da invasão destas espécies são da década de 80, sendo provenientes de água de lastro e/ou bioincrustação de navios e plataformas ligadas à exploração de petróleo e gás. A invasão pelo Coral Sol causa impacto direto sobre os recursos pesqueiros uma vez que ocorre disputa por alimento e habitat. O manejo das espécies exóticas é realizado com três objetivos distintos, quais sejam: a contenção - que visa impedir que a espécie se estabeleça no ambiente; a erradicação - visa o restabelecimento do ecossistema pela eliminação da espécie invasora e o controle que objetiva reduzir a quantidade da espécie invasora no meio ambiente natural. A BIG encontra-se bastante infestada pelo Coral-sol, sendo este em muitos locais dominante no costão rochoso, deste modo as ações na região buscam controlar a espécie de modo a se alcançar o equilíbrio mínimo entre as espécies nativas e invasoras. Envolver a comunidade do entorno é agregar catadores com geração de renda para aqueles que estão sendo diretamente afetados pela perda de biodiversidade. O representante da AMOT destaca que a Transpetro/Petrobrás é a principal causadora deste impacto, deveria contratar os pescadores afetados pela ESEC Tamoios para realizarem a retirada de Coral Sol. A representante da empresa não se encontrava no Auditório neste momento. O representante da ATSCV propõe que o Conselho elabore uma Moção solicitando ao MPF a realização de uma audiência pública na região para maior envolvimento das comunidades afetadas pela bioinvasão do Coral Sol. O Presidente propôs então que como a ATA desta reunião será enviada ao MPF devido ao primeiro Informe como proposto pelo Conselho, que no encaminhamento seja feita esta proposta ao MPF em nome do Conselho Consultivo da Unidade, o que foi aceito por unanimidade. Por fim, convidou o Presidente a Colônia Z18/Paraty e o Subsecretário de Pesca Municipal/Paraty para irem ao bloco das ilhas Queimadas (Angra dos Reis) para mergulharem e conhecerem a grave situação daquelas ilhas, com seus atributos naturais bastante comprometidos devido à dominância das duas espécies de coral sol no costão rochoso insular.

4. Termo de Compromisso entre o ICMBio e os pescadores artesanais de Tarituba

O Presidente informou ao Conselho sobre o andamento do Termo de Compromisso que vem sendo trabalhado desde 2012 na Câmara Temática (CT) de Aqüicultura e Pesca. Que em dezembro de 2013 o processo foi encaminhado ao ICMBio/DF para o devido andamento, com a minuta que foi finalizada na CT em outubro. Que esteve em Brasília em abril a convite do Presidente do Instituto, juntamente com os gestores das outras UCs do sul fluminense e Coordenador Regional. Que o encaminhamento de dois dias de reunião foi para que o Termo de

Compromisso fosse proposto na forma de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e envolvesse o MPF da região, uma vez que este também tem ciência dos Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional e liberam a atividade de pesca na Unidade. Que o MPF será importante na observação dos termos compromissados e na temporalidade do TAC. Depois disso, foi informado ao Conselho sobre o Projeto de Monitoramento Participativo que está sendo desenvolvido pela aluna de mestrado da UNICAP, Ana Carolina. Esta informou a todos os objetivos do projeto, de sua importância para o TAC e para a ESEC Tamoios, relatando das primeiras atividades que já vem sendo desenvolvidas em Tarituba com o Grupo de beneficiários de um futuro TAC. Que a ESEC Tamoios vem dando o apoio possível, como alojamento, escritório e que a primeira reunião foi em abril na escola da comunidade. Em seguida, Sylvia Chada, analista ambiental do ICMBio, responsável pela coordenação do processo de construção participativa do Termo de Compromisso com os pescadores de Tarituba, explicou que estará mudando de posição e de olhar no processo do Termo de Compromisso. Ela está iniciando um curso de doutorado (EICOS/UFRJ) e seu objeto de estudo será o Termo de Compromisso. Ou seja, por quatro anos ela terá como foco o acompanhamento do termo, como será a sua implementação e monitoramento. Sylvia ratificou o seu compromisso com o processo e também com a região, enfatizando que nesse período, ela atuará com o olhar de pesquisadora, ao invés do olhar de analista ambiental do ICMBio.

5. Projeto Garoupa

O Presidente passou a palavra ao Coordenador Geral do Projeto Garoupa, Maurício Roque da Mata Jr. O Projeto foi aprovado pelo edital da Petrobras Ambiental em 2012, tendo iniciado suas atividades em 2013 na região dos Lagos (litoral norte do Rio de Janeiro) e iniciará em maio deste ano as ações na costa verde. Ao todo serão envolvidos no projeto 11 municípios do estado do Rio de Janeiro. A proposta é atuar com educação ambiental participativa nas redes de ensino destes locais. Os benefícios deste projeto possuem caráter ambiental, atuando também no âmbito social inserindo comunidades que se relacionam e dependem destes ambientes costeiros. No tocante ao ambiente, este projeto contribuirá para um melhor entendimento da ecologia da espécie, elucidando técnicas para a reestruturação das populações naturais do Mycteroperca marginata, mais conhecido como garoupa verdadeira. No âmbito social, o projeto contribuirá para a conscientização do cidadão como agente atuante e transformador responsável pelo equilíbrio do ambiente. Dessa forma, o cidadão contribuirá para a qualidade social de populações tradicionais costeiras por meio da preservação de seu ambiente natural. O Presidente do Conselho propôs que o Coordenador Geral do Projeto Garoupa volte numa reunião futura, ainda este ano, para realizar uma exposição mais detalhada do desenvolvimento do Projeto.

6. Audiência Pública “Pré-Sal Bacia de Santos – Etapa 2”

O Presidente informou que o IBAMA vem conduzindo, através da Coordenação Geral de Petróleo e Gás da Diretoria de Licenciamento Ambiental (CGPEG/DILIC), o processo de licenciamento ambiental da “Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 2” (Processo IBAMA nº 02022.002141/11), em atendimento a requerimento apresentado pela empresa PETROBRAS. Foi passada a palavra ao representante da APA Cairuçu/ICMBio, relatando que como parte fundamental do processo de licenciamento, foi realizada uma Audiência Pública em Paraty na sexta-feira, 25/04. O empreendimento objetiva a exploração de petróleo e gás natural durante 25 anos. Serão instaladas 13 plataformas que repassarão o material extraído para navios aliviadores que transportam o combustível até a costa através de quatro rotas. O gás natural será transportado através de 15 linhas de gasoduto tanto subaquáticas como terrestres. Outros Conselheiros e

Convidados que estiveram na Audiência Pública se manifestaram, sendo que o representante da AMOT manifestou preocupação com o ambiente da Baía da Ilha Grande e a pesca. O Presidente da Colônia Z18 lembrou que estes grandes empreendimentos que trazem grandes problemas e não os pescadores artesanais. O Conselheiro e representante do IACV registrou às suas preocupações quanto ao RIMA apresentado, das Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos e das considerações sobre as áreas de estudos em relação aos critérios para possíveis receptores de royalties, que contempla apenas MANGARATIBA que sequer terá Base de Apoio Portuária, desconsiderando ANGRA DOS REIS que terá Base de Apoio Portuária e de características sociais e econômicas semelhantes de PARATY, que são enquadrados apenas sujeitos a impactos efetivos com interferências com a pesca artesanal e/ou turismo. Os Impactos Potenciais não foram considerados, temos ESEC T, APAs, PARQUES, Turismo Subaquático...As correntes marinhas da costa brasileira vão em direção às Malvinas, mas os ventos predominantes são de sudoeste, e óleo bóia. Então a Baía da Ilha Grande poderá virar uma banheira de óleo flutuante...Deve ser levado em conta que temos também na Baía da Ilha Grande três Unidades de Geração Termonuclear, protagonista na expansão da geração nucleoeletrico no Brasil, integrada no sistema Eletrobrás dá sustentabilidade ao crescimento da energia elétrica principalmente para a Região Sudeste, com capacidade de geração de 3400 MW. Um evento qualquer de médio à grande porte, teria que desligar as três unidades geradoras termonuclear, o que não se faz de uma hora para outra. Qualquer mancha de óleo bruto deveria ser identificada à milhas náuticas daqui para um possível resfriamento do sistema, até o desligamento total de circulação do sistema de resfriamento das turbinas. Foi perguntado também se no mundo existe alguma planta do Pré-Sal com uma Central Nuclear pelo ou menos num raio de 500 Km. O mesmo respondeu que não existe! Continuou ressaltando que essas considerações não podem passar em branco, inclusive sobre compensações importantes para a região da Baía da Ilha Grande, assim como para o Estado do Rio de Janeiro que muito perderam com a redistribuição dos Royalties. São 3400 MW a menos no sistema interligado caso ocorra um evento qualquer que coloque em risco a geração nucleoeletrica. Questionou: De onde supriria essa falta de energia caso a Central Nuclear saísse do sistema? Da Eletronorte?...E qual o tempo necessário para evitar apagões? Solicitou então o posicionamento da ESEC Tamoios junto à CGPEG/DILIC/IBAMA para uma Audiência Pública em Angra dos Reis para uma discussão mais ampla das interfaces com o Pré-Sal. Perguntada à Conselheira e representante da Eletronuclear não poderia criar uma Comissão Técnica para suporte desse assunto. A representante não soube responder. O Conselheiro do IACV levantou a hipótese de tentar rever com a compensação do Pré-Sal o que a ESEC Tamoios perdeu de compensação do Licenciamento da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, com indenizações fundiárias do PNSB e outros - o que contraria o SNUC conforme Art. 36.

Depois de uma breve discussão de encaminhamento, foi sugerido pelos Conselheiros que todas as instituições elaborem documentos com contribuições sobre os impactos ambientais e sociais decorrentes da exploração do pré-sal, diretamente a CGPEG/DILIC/IBAMA.

7. Relatório de Gestão da ESEC Tamoios 2013

Ao voltar a energia elétrica, foi possível apresentar o Relatório de Gestão 2013 – ESEC Tamoios, como costuma ser feito desde 2010. O Presidente abriu a apresentação, informando do esforço, mas a satisfação que a pequena equipe tem de prestar contas do que foi realizado ou mesmo deixou de ser e seus motivos. Informou que irá distribuí-lo eletronicamente para os Conselheiros e também será disponibilizado na página da Unidade na internet, onde já se encontram os outros Relatórios. Que apesar da Unidade estar com carência de servidores e de infraestrutura náutica adequada aos desafios diários de uma Unidade de Conservação marinha e

insular, o ano que passou foi de grandes realizações. Dentre os destaques do Relatório podemos citar no Programa de Operacionalização: as melhorias da estrutura da Sede, com alojamento e guarita, a aquisição de dois novos veículos, a contratação de um auxiliar de escritório entre outros. Nos Programas finalísticos: o crescente número de pesquisas realizadas na área da ESEC; o encaminhamento do processo de Termo de Compromisso entre a ESEC e a Comunidade de Tarituba para Brasília; a publicação pela Marinha do Folheto de Aviso aos Navegantes 23/2013, onde constam Notas a serem inseridas nas Cartas Náuticas 1607, 1631, 1632, 1633, 1636 e 1637; a Operação Eclipse para controle do coral sol na ilha Queimada Pequena e a Oficina de discussão do tema, o envolvimento da UC no evento ambiental que chamou a atenção a nível nacional – a formação de uma densa espuma na Baía da Iha Grande, nas ações de fiscalização com base no Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS; a finalização e entrega do Filme da ESEC Tamoios, com duração de 09h50min minutos, produzido com os últimos recursos pendentes da Compensação Ambiental relativa à Usina Nuclear de Angra 2; as ações de regularização fundiária que culminaram na entrega de mais uma ilha (Tucum de Dentro) a gestão da ESEC Tamoios; a produção de materiais de divulgação;

Finalizando, o Presidente do Conselho agradeceu a todos pela presença e em especial, a equipe da ESEC Tamoios pela organização do XXVIII Reunião do Conselho.

Régis Pinto de Lima (Presidente) e Graziela Barros (Convidada ESEC Tamoios/ICMBio) assinam como responsáveis pela elaboração desta ATA.

Presidente

Convidada ESEC Tamoios/ICMBio

Parati/RJ, 26 de maio de 2014.